

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>35</b>
------------------------	-----------

1

<b>A VERDADE E A PROVA NO PROCESSO PENAL .....</b>	<b>41</b>
--	-----------

1.1. As relações entre verdade, processo e prova.....	41
1.1.1. As teorias da verdade como correspondência....	46
1.1.1.1. A concepção semântica de Alfred Tarski.....	48
1.1.2. Teorias pragmatistas e coerentistas da verdade..	50
1.1.2.1. Algumas perspectivas pragmatistas.....	51
1.1.2.1.1. O consensualismo de Jürgen Habermas.....	52
1.1.2.2. Algumas perspectivas coerentistas .....	59
1.1.3. O ceticismo fático .....	61
1.1.4. O significado e os critérios da verdade – A verdade de um enunciado fático .....	63
1.1.4.1. Limitações probatórias e sua influência na pesquisa da verdade no processo penal.....	72
1.1.4.1.1. O ser verdadeiro e o ser tido como verdadeiro .....	77

1.2. A prova como justificação epistêmica .....	84
1.2.1. A função da prova jurídica .....	87
1.2.2. A formação da prova jurídica.....	91
1.2.2.1. O direito à prova e os contextos da atividade probatória .....	96
1.2.2.1.1. O contexto da investigação...	99
1.2.2.1.2. O contexto da instrução.....	104
1.2.2.1.3. O contexto da valoração .....	107
1.2.2.1.4. O contexto da decisão .....	114
1.2.2.1.5. O contexto da motivação.....	125
1.2.3. O objeto do processo e o objeto da prova.....	129
1.2.3.1. A fiabilidade e a credibilidade probató- ria: seus significados e alcance .....	136
1.2.3.1.1. A análise da fiabilidade: filtro de admissão ou regra de valoração? .....	153
1.2.3.1.2. O racionalismo probatório e as percepções subjetivas do julgador .....	157
1.2.3.1.3. Os atributos gerais de fiabili- dade .....	163
1.2.3.2. A presunção de fiabilidade probatória.....	167
1.3. Revisão.....	171

## 2

### **PERFIL CONCEITUAL E FUNCIONAL DA METAPROVA E O REGRESSO AO INFINITO DA CADEIA DE PROVAS .....**

**177**

2.1. Metaprova: conceituação, objeto e escopo.....	177
2.1.1. Aspectos introdutórios .....	177
2.1.2. Aspectos conceituais e as diversas denomina- ções do fenômeno probatório: a opção pela expressão metaprova.....	180
2.1.2.1. O objeto e o escopo da metaprova.....	186

2.2. A metaprova e o problema epistêmico do regresso <i>ad infinitum</i> da cadeia de provas.....	189
2.2.1. O fundacionalismo .....	192
2.2.2. O coerentismo .....	194
2.2.3. As críticas ao fundacionalismo e ao coerentismo – o funderentismo de Susan Haack .....	197
2.2.4. O papel das máximas de experiência e o regresso <i>ad infinitum</i> .....	205
2.2.5. Outros cortes impeditivos à regressão <i>ad infinitum</i> e a atividade metaprobatória.....	215
2.3. A metaprova, outros métodos de aferição da fiabilidade probatória e as demais espécies de prova.....	224
2.3.1. A metaprova e o controle <i>in fieri</i> .....	226
2.3.2. A metaprova, a prova negativa e a contraprova ...	228
2.3.3. A metaprova e a <i>riprova</i> .....	230
2.3.4. A metaprova e os <i>elementi di riscontro</i> .....	231
2.3.5. A metaprova, os elementos produzidos em procedimento investigativo e o testemunho indireto .....	241
2.3.6. A metaprova e o indício .....	247
2.3.7. A metaprova e a ilicitude da prova .....	251
2.3.8. A metaprova e a prova sobre as máximas de experiência .....	255
2.3.9. A metaprova e o processo de formação da prova .....	257
2.4. A metaprova, o princípio da mesmidade e a cadeia de custódia: a prova da cadeia de custódia como metaprova? .....	269
2.5. Revisão.....	277



<b>A ATIVIDADE METAPROBATÓRIA E OS SEUS CONTEXTOS: O CONTROLE RACIONAL DA FIABILIDADE DA PROVA .....</b>	<b>283</b>
--	------------

3.1. A atividade metaprobatória .....	283
3.2. O contexto da instrução .....	289
3.2.1. Similitudes e diferenças entre a admissão da metaprova e da prova em geral.....	289
3.2.1.1. Restrições lógico-rationais do direito à admissão da prova .....	290
3.2.1.1.1. A estruturação dos critérios lógico-rationais à admissão da prova.....	294
3.2.1.2. O direito à admissão da metaprova .....	300
3.2.1.2.1. O juízo de admissão excep- cional da metaprova no cur- so do processo .....	308
3.2.1.3. O contraditório para admissão da me- taprova .....	313
3.2.2. Considerações acerca dos poderes instrutórios do juiz: reflexões dogmáticas sobre as balizas de atuação de ofício do julgador em matéria de prova .....	316
3.2.2.1. Os poderes instrutórios do juiz em matéria de prova e de metaprova .....	324
3.3. O contexto da valoração da metaprova .....	330
3.3.1. A teoria holista e atomista da inferência proba- tória .....	331
3.3.2. A estrutura do raciocínio probatório e os crité- rios para valoração da prova.....	338
3.3.2.1. A análise da fiabilidade da prova e a me- taprova .....	353
3.3.2.1.1. A valoração provisória da prova e a metaprova.....	355
3.3.2.1.2. A valoração da metaprova ....	359
3.4. A metaprova e o estado de inocência .....	361
3.4.1. Os <i>standards</i> probatórios e o ônus da prova.....	361
3.4.1.1. O ônus objetivo da prova no processo penal.....	363

3.4.2. O <i>in dubio pro reo</i> e a sua aplicação em caso de dúvida sobre a fiabilidade da prova .....	370
3.5. Revisão.....	374
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>377</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>381</b>